

DECLARAÇÕES E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS

1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia

O objeto da presente licitação constitui **OBRA** sob a seguinte **justificativa**:

Considerando a citação da AGU: Sob a égide da nova lei, a atividade será enquadrada como **obra** quando:

- Seu exercício, por força de lei, for privativo das profissões de engenheiro e arquiteto, e, cumulativamente,
- Importar em inovação do espaço físico da natureza ou substancial alteração das características originais de bem imóvel.

1.2. Classificação como serviço comum ou especial

O serviço de engenharia objeto da presente contratação é classificado como COMUM, sob a seguinte justificativa:

O que determina o enquadramento de um serviço de engenharia como comum é a predominância das práticas usuais de mercado em relação às técnicas de execução, em razão da existência de padrões estabelecidos de desempenho e qualidade, amplamente difundidos e consolidados no setor da construção civil.

No caso da construção de muro para fechamento perimetral da Escola Lyra, os serviços a serem executados compreendem atividades rotineiras e amplamente utilizadas na engenharia civil, tais como locação da obra, escavações, fundações, execução de baldrame, pilares, alvenaria de vedação, chapisco, reboco, pintura e demais serviços complementares necessários à completa execução da estrutura.

Tais serviços possuem métodos executivos consolidados, normas técnicas amplamente conhecidas e regulamentadas, bem como ampla disponibilidade de empresas e profissionais qualificados no mercado para sua execução.

Ressalta-se ainda que a obra foi dividida em 1ª etapa e 2ª etapa em razão da utilização de diferentes fontes de recursos, sem que isso altere a natureza comum dos serviços de engenharia a serem executados.

Dessa forma, considerando que as soluções construtivas adotadas são usuais e amplamente praticadas no setor da construção civil, conclui-se que o objeto se caracteriza como serviço comum de engenharia, passível de contratação mediante procedimento licitatório, nos termos da legislação vigente.

2. REGIMES DE EXECUÇÃO

Para a execução indireta do objeto, será adotado o REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, conforme justificativa a seguir apresentada:

Considerando que a execução direta de obras pela Administração Pública exige a mobilização de estrutura administrativa específica, disponibilidade de equipe técnica permanente, bem como a gestão logística para aquisição de materiais, equipamentos e contratação de mão de obra, a contratação de empresa especializada na área da construção civil mostra-se como alternativa mais eficiente e adequada para a consecução do objeto pretendido.

No caso da construção do muro para fechamento perimetral da Escola Lyra, a adoção do regime de empreitada por preço global possibilita que a empresa contratada assuma a responsabilidade pela execução integral dos serviços, compreendendo o fornecimento de materiais, equipamentos, mão de obra e a condução técnica da obra por profissional legalmente habilitado, assegurando maior controle quanto aos prazos, custos e qualidade dos serviços executados.

Adicionalmente, a definição prévia de valor global para a execução da obra proporciona maior previsibilidade orçamentária e contribui para um planejamento financeiro mais eficiente por parte da Administração, minimizando riscos de alterações relevantes durante a execução contratual.

Destaca-se, ainda, que a adoção do regime de empreitada por preço global encontra respaldo técnico quando o objeto possui escopo bem definido e quantitativos adequadamente estimados, conforme estabelecido no Projeto Básico elaborado para a presente contratação. Nesse sentido, foram consideradas as estimativas técnicas necessárias à correta definição dos serviços, observando-se as diretrizes estabelecidas pelo Tribunal de Contas da União, em especial aquelas constantes do Acórdão nº 1.977/2013 – Plenário do TCU, que tratam da adequada caracterização do regime de empreitada por preço global em contratações de obras e serviços de engenharia.

Ressalta-se ainda que a obra foi dividida em 1ª etapa e 2ª etapa em razão da utilização de diferentes fontes de recursos, sem prejuízo à unidade técnica do objeto e à adequada execução contratual.

Dessa forma, conclui-se que o regime de empreitada por preço global apresenta-se como o mais apropriado para a presente contratação, garantindo maior eficiência administrativa, adequada alocação de responsabilidades e maior segurança na execução do objeto.

Serviço	Materialização	Responsável
Perda de serviços	Refazimento de serviços por conta de questões climáticas	Contratada
Segurança do trabalho	Ocorrência de acidentes de trabalho durante	Contratada

	a execução da obra por falha no cumprimento das normas de segurança	
Erro orçamentário	Quando o erro é superior ao risco do BDI e nos serviços classificados dentro do A da curva ABC, e quando não for possível identificá-lo durante a análise do projeto no momento da publicação do edital.	Contratante
Danos materiais	Roubo ou vandalismo	Contratada
Material de 1ª categoria	Alteração do volume	Contratada
Interferências construtivas	Adequações necessárias devido a interferências não identificadas previamente	Contratada

3. ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

No presente processo, os projetos e documentos técnicos que compõem o Projeto Básico foram elaborados por profissional habilitado na área de engenharia, com a devida emissão da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, junto ao conselho profissional competente.

Para a presente obra foram elaborados os projetos e documentos técnicos necessários à execução da construção do muro para fechamento perimetral da Escola Lyra, contemplando as especificações, dimensões, métodos construtivos e demais informações indispensáveis à correta execução dos serviços.

Os referidos projetos integram o conjunto de documentos técnicos da contratação e deverão ser integralmente observados pela empresa contratada durante a execução da obra, juntamente com as especificações constantes no memorial descritivo, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro.

Ressalta-se ainda que a obra foi dividida em 1ª etapa e 2ª etapa em razão da utilização de diferentes fontes de recursos, permanecendo mantida a compatibilidade técnica entre os documentos que compõem o Projeto Básico.

4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA

Para a definição dos custos da presente contratação, foram adotados valores constantes nas tabelas referenciais do **Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI)** e da **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes, ambas com referência 11/2025**, bem como composições próprias de custos elaboradas a partir de cotações de mercado para serviços não contemplados nas referidas bases de dados.

Na elaboração do orçamento estimado da presente licitação, foram observadas as disposições estabelecidas no art. 23, §2º, da Lei nº 14.133/2021, respeitando-se a ordem prioritária dos parâmetros definidos na legislação para a estimativa de custos em contratações públicas.

Nesse sentido:

- Foram adotados, sempre que disponíveis, os valores constantes na planilha do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), com mês de referência 11/2025, para os serviços relacionados à construção civil constantes na planilha orçamentária.
- Para os itens não contemplados no SINAPI, foram utilizados custos provenientes de outras fontes admitidas no art. 23, §2º, da Lei nº 14.133/2021, observando-se a ordem de prioridade estabelecida na referida legislação.
- Foi utilizada também a planilha de custos da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes, conforme tabela de referência GOINFRA / AGETOP CIVIL – mês base 11/2025, amplamente utilizada como parâmetro para obras públicas no Estado de Goiás.
- Para serviços específicos não contemplados nas tabelas oficiais, foram elaboradas composições próprias de custos, devidamente fundamentadas em insumos e coeficientes compatíveis com os praticados no mercado da construção civil, obtidos por meio de cotações junto a fornecedores e prestadores de serviços.

Adicionalmente, foi adotado no orçamento da obra BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) no percentual de 22,47%, calculado com desoneração da folha de pagamento, conforme parâmetros considerados na elaboração da planilha orçamentária da presente contratação.

5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS

- Foi juntada aos autos a planilha orçamentária analítica, contendo a discriminação dos serviços, quantitativos, unidades, custos unitários e valores totais estimados para a execução do objeto;
- O documento de responsabilidade técnica relativo à elaboração das planilhas orçamentárias encontra-se devidamente registrado e juntado aos autos do processo;
- Na elaboração do orçamento da presente licitação foram utilizadas tabelas referenciais atualizadas, adotando-se, sempre que possível, os valores constantes nas bases oficiais de custos utilizadas em obras públicas, bem como outras fontes admitidas pela legislação aplicável;

6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento de referência da presente licitação:

- Foram adotadas, quando necessário, composições próprias de custos, elaboradas a partir de fontes **SINAPI**, nos termos do art. 23, §2º, da Lei nº 14.133/2021, para os serviços não contemplados nas tabelas referenciais oficiais.
- As referidas composições contemplam a discriminação dos insumos, coeficientes de consumo, custos unitários e demais elementos necessários à formação dos custos diretos dos serviços, tendo sido devidamente juntadas aos autos do processo para conhecimento e consulta dos licitantes.

7. CUSTOS DIRETOS

No orçamento de referência da presente licitação, os custos diretos compreendem apenas os componentes de preço que podem ser devidamente identificados, quantificados e mensurados na planilha orçamentária.

Especificamente em relação ao custo direto de administração local:

- observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU;
- adota o parâmetro entre o 1º quartil e o Médio uartil.

8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS

Na presente licitação:

- Foi junta a Curva ABC relativas aos SERVIÇOS.

9. ADOÇÃO DO REGIME NÃO DESONERADO

Na presente licitação, foram adotados **custos de referência não desonerados**, em conformidade com as composições constantes nas tabelas do **Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI)**, considerando que tal regime se demonstrou **mais vantajoso para a Administração Pública**, conforme simulação comparativa realizada e juntada aos autos do processo.

A análise técnica considerou os impactos da desoneração da folha de pagamento nos encargos sociais incidentes sobre a mão de obra da construção civil, verificando-se que a **manutenção do regime não desonerado resulta em menor custo global estimado para a obra**, razão pela qual foi adotado como parâmetro para a elaboração da planilha orçamentária da presente contratação.

10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI

Na presente licitação, foi adotado BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) no percentual de **27,50%**, enquadrado no **3º quartil**, em conformidade com os parâmetros estabelecidos pelo Acórdão nº 2.622/2013 – Plenário do Tribunal de Contas da União.

A composição do BDI contempla despesas de administração central, seguros, garantias, riscos, despesas financeiras, tributos e remuneração da contratada, conforme memória de cálculo integrante do processo.

Dessa forma, o percentual adotado mostra-se adequado para assegurar a correta formação dos preços e a exequibilidade da execução da obra.

11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Na presente licitação, **NÃO SERÁ** adotado o BDI reduzido, porque não existe mero fornecimento de materiais.

12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

- O cronograma físico-financeiro FOI junto aos autos
- Por se tratar do regime de empreitada por preço global, o cronograma físico-financeiro, DEFINE com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

13. PROJETO EXECUTIVO

- FORAM elaborados os projetos executivos relativos ao objeto, juntados aos autos e divulgados com o edital da licitação;

14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- Registro da empresa no conselho profissional
- Na presente licitação, será exigido o registro da empresa licitante junto ao CREA e/ou ao CAU, por se tratar de obra de engenharia onde é necessário o acompanhamento do profissional técnico.

14.1. Capacidade técnico-operacional

Na presente licitação:

Serão exigidas comprovações de capacidade técnico-operacional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a seguir elencadas:

Para execução de pavimento em

PISO DE CONCRETO DESEMPENADO 434 m²

ALVENARIA DE TIJOLO FURADO 128 m²

REBOCO 256 m²

SERÁ exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos atestados, correspondentes aos seguintes serviços das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto:

Para os serviços de:

PISO DE CONCRETO DESEMPENADO 434 m²

ALVENARIA DE TIJOLO FURADO 128 m²

REBOCO 256 m², quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 50% dos quantitativos licitados.

14.2. Possibilidade de somatório de atestados

Na presente licitação, será **ACEITO o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional** para fins de comprovação dos quantitativos mínimos exigidos.

A adoção dessa possibilidade se justifica pelo fato de que os serviços objeto da contratação consistem em **atividades comuns de engenharia**, amplamente difundidas na construção civil, tais como execução de fundações, alvenaria de vedação, estrutura e cobertura metálica, não demandando técnicas construtivas de elevada complexidade ou especialização diferenciada.

Dessa forma, entende-se que a experiência da empresa pode ser comprovada mediante a soma de diferentes atestados que demonstrem a execução de serviços de natureza semelhante e compatíveis com o objeto licitado, uma vez que **a ampliação do quantitativo executado não implica alteração significativa do método construtivo**, mas apenas a repetição de procedimentos técnicos já consolidados.

Assim, a admissão do somatório de atestados amplia a competitividade do certame, sem prejuízo à comprovação da capacidade técnica das empresas participantes, garantindo o atendimento ao interesse público e à adequada execução do objeto contratual.

14.3. Capacidade técnico-profissional

Na presente licitação:

SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a serem executadas pelos profissionais abaixo elencados:

Para o cargo de engenheiro civil:

PISO DE CONCRETO DESEMPENADO 434 m²

ALVENARIA DE TIJOLO FURADO 128 m²

REBOCO 256 m²

Exigências de instalações, aparelhamento e pessoal técnico

Na presente licitação, SERÁ exigida a indicação de instalações, aparelhamento ou pessoal técnico com determinada qualificação, a seguir elencados:

- Quantidade de pedreiro;
- Quantidade de mestre de obras;
- Quantidade de Profissionais técnicos (engenheiros);
- Tipo de máquina e/ou ferramentas para execução dos serviços da planilha orçamentária.

15. VISTORIA

Na presente licitação, a realização de vistoria técnica será facultativa, podendo o licitante optar pela sua realização para melhor conhecimento das condições locais de execução dos serviços.

Alternativamente, o licitante poderá substituir o atestado de vistoria por declaração formal de pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à execução do objeto, assumindo integral responsabilidade por eventuais custos decorrentes de sua execução.

Ressalta-se que, embora a vistoria não seja obrigatória, sua realização é recomendável, considerando a natureza dos serviços de engenharia envolvidos na construção do muro, possibilitando aos licitantes melhor avaliação das condições do local da obra, bem como o esclarecimento de eventuais dúvidas técnicas relacionadas à execução dos serviços.

16. SUBCONTRATAÇÃO

Na presente licitação, **não será admitida a subcontratação** de empresas para a execução do objeto.

A vedação à subcontratação justifica-se pela necessidade de garantir que a empresa contratada possua e mantenha durante toda a execução contratual a capacidade técnica e operacional demonstrada na fase de habilitação, assegurando a adequada execução dos serviços e a observância dos padrões de qualidade exigidos pela Administração.

Considerando que o objeto consiste na construção de muro, a execução dos serviços deverá ocorrer sob responsabilidade direta da empresa contratada, inclusive quanto ao fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos e gerenciamento das atividades necessárias à conclusão da obra.

Dessa forma, busca-se assegurar maior controle da execução contratual, facilitar a fiscalização dos serviços e garantir a efetiva correspondência entre a qualificação técnica apresentada pela licitante e a execução do objeto contratado.

17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO

Na presente licitação, será exigida a comprovação ou PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO.

18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Na presente licitação, será PERMITIDA a participação de consórcios.

19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

Na presente licitação, será VEDADA a participação de cooperativas, com base na seguinte **justificativa**:

É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

Na presente licitação, SERÁ EXIGIDA a apresentação de garantia de execução contratual, com base na seguinte **justificativa**:

No intuito de evitar o abandono de obras e serviços de engenharia, a Lei n. 14.133, de 2021 inovou, admitindo que o órgão licitante exija a prestação de garantia na modalidade seguro-garantia com cláusula de retomada, modalidade de seguro conhecida como Performance Bond, em que a empresa seguradora não apenas se responsabiliza pelos prejuízos causados pela empresa

executora da obra, como, ademais, compromete-se a assumir a execução e concluir o objeto do contrato, em caso de inadimplemento da contratada (art. 102).

21. DA SUSTENTABILIDADE

Em atendimento aos princípios estabelecidos nos arts. 5º e 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, que tratam da promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações públicas, foram considerados critérios de sustentabilidade no planejamento da presente obra de construção de muro.

Nesse sentido, a execução dos serviços deverá observar boas práticas ambientais e de uso racional de recursos naturais, incluindo a utilização de materiais que atendam às normas técnicas vigentes e apresentem qualidade, durabilidade e desempenho adequados à finalidade da obra.

Deverão também ser adotadas medidas voltadas à gestão adequada dos resíduos da construção civil, em conformidade com a legislação ambiental vigente, especialmente quanto à separação, acondicionamento, transporte e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados durante a execução dos serviços.

Adicionalmente, deverão ser observados os princípios de eficiência no uso de materiais, racionalização de recursos e organização do canteiro de obras, de forma a minimizar desperdícios e impactos ambientais decorrentes da execução da obra.

Dessa forma, as medidas previstas buscam alinhar a execução do objeto aos princípios da sustentabilidade nas contratações públicas, promovendo o uso responsável dos recursos públicos e a adequada gestão ambiental durante a execução do empreendimento.